

UM CASO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA: a PMEA e o ProMEA Mesquita/RJ

Ana Maria Marques Santos

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRuralRJ)

UM CASO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA: a PMEA e o ProMEA Mesquita/RJ

Resumo: Este trabalho sistematiza parte de pesquisa sobre o campo da participação popular e das políticas públicas em educação ambiental (EA), no município de Mesquita. Esta privilegiou atividades de pesquisa-ação participativas, destacando o protagonismo da comunidade envolvida, e estratégias para a geração e socialização de conhecimentos da EA Destaca que tal protagonismo não se deu harmonicamente, tendo em vista os diversos interesses socioambientais existentes na sociedade, bem como, a necessária formação crítica dos agentes que constituem o campo da EA e a fazem acontecer cotidianamente, em especial, no âmbito da escola.

Palavras-Chave: Educação ambiental, participação popular, políticas públicas.

A CASE OF POPULAR PARTICIPATION IN THE CONSTRUCTION OF A PUBLIC POLICY: the PMEA and the ProMEA Mesquita/RJ

Abstract: This work systematized part of research into the field of popular participation and public policy on environmental education (EE) in the municipality of Mesquita. This, activities focused participatory action research, emphasizing the role of the community involved, and strategies for generating and sharing of knowledge of environmental education. It stresses that such leadership has not harmonically, in view of the various social and environmental interests in society, as well as the necessary training agents that are critical of the EE field and which make it happen every day, especially within the school.

Key words: Environmental education, public participation, public policy.

Recebido em: 10.12.2010. Aprovado em: 16.06.2011.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe apresentar de modo sistemático parte das ações de pesquisa e extensão realizadas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRuralRJ, Campus Nova Iguaçu e a Prefeitura Municipal de Mesquita/RJ, por meio das Secretarias Municipais de Meio Ambiente/SEMAM e de Educação/SEMED, no decorrer dos anos de 2009 e 2010. Esta iniciativa conjunta se refere a um processo de construção participativa de Política Pública Municipal em Educação Ambiental. Além das instituições descritas, o trabalho contou também com o apoio e participação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, e do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA-RJ.

A análise e descrição de algumas sistematizações e reflexões sobre os registros, observações e documentos, realizadas nesse período, no que concerne ao campo da participação e das políticas públicas em educação ambiental, compõem, então, o objetivo deste trabalho.

Julgamos ser fundamental de registrar e destacar, além da relevância acadêmica de produção de conhecimentos em área pouco explorada na educação ambiental (políticas públicas), a capacidade intelectual e de reflexão crítica dos agentes sociais envolvidos: professores-pesquisadores, alunos, profissionais da educação, representantes de diversos segmentos sociais, universidades e governo local envolvidos, que, em conjunto, e em formação continuada, no decorrer de dois anos, assumiram constituir uma Comissão de Consulta Pública (CCP), visando à construção de bases para a criação de políticas públicas em Educação Ambiental no município indicado.

O projeto que propiciou esta pesquisa teve por finalidade promover a aproximação universidade-comunidade, em busca de reconhecer e mapear atividades municipais de cunho socioambiental realizadas, ou que se apresentassem como potenciais no município, bem como as ações participativas da Sociedade Civil e do Governo, tendo em vista a apropriação de experiências acerca do controle social, durante aquela construção.

Nessa linha, a realização do projeto também assumiu as caracterizações das dimensões de ensino e extensão, uma vez que todo o processo de construção participativa foi considerado formativo, na perspectiva da educação enquanto

formação humana (LOUREIRO, 2008a, 2008b; SAVIANI, 2003), com legitimação e reconhecimento formal da universidade junto aos seus participantes. Igualmente, em termos de metodologia adotada, assumimos pressupostos teórico-metodológicos em educação ambiental norteados pela Pesquisa-Ação Participante (THIOLLENT, 2000), assim como, pela compreensão da dialética emancipatória, ambas, destacadas por (LOUREIRO, 2008a, p. 8-9), em que,

O próprio processo de pesquisa é parte da experiência educacional e vice-versa. Aprendemos fazendo, refletindo, teorizando e pesquisando; a ação educativa emancipatória pela pesquisa visa apoiar e estimular a manifestação de indivíduos e grupos na transmissão e recriação do patrimônio cultural. Objetiva também vincular o processo educativo as práticas políticas e econômicas.

Tal caracterização da pesquisa, desenvolvida através da pesquisa-ação e ênfase no método dialético histórico de Marx (TREIN, 2003), em especial no que tange a vinculação dos processos educativos às práticas políticas e econômicas, justifica-se não só por sua capacidade de apreender o movimento do real, mas também dada a colonialidade da nossa modernidade, que marcada pelo estilo e forma de viver liberal, é de fato destinada a poucos (dominação de classe) e, por si, essencialmente injusta. (PORTO-GONÇALVES, 2006). E ainda, sendo a „sustentabilidade. moderna, pautada nessa mesma lógica,

Pode-se concluir que a permanência de tal padrão dependerá, cada vez mais, tanto da manutenção das injustiças e das desigualdades sociais, quanto da sobre-exploração dos recursos ambientais. (QUINTAS, 2010, p. 64).

Não é objeto deste texto tratar de questões voltadas para as formas de entendimento e encaminhamento de superação da „crise ambiental., mas, cabe registrar que ao se assumir aqui a abordagem crítica da Educação Ambiental¹, considera-se que as vertentes da ecoeficiência, compatibilistas e de proteção do ambiente natural sob o prisma da reforma social para a reprodução do modo de produção capitalista (QUINTAS, 2010) apresentam-se como formas mitigadoras ou legitimadoras das

relações sociais de expropriação e dominação. O efeito pedagógico disso é a naturalização e desistoricização da degradação em curso e o fomento a um processo educacional desvinculado do seu caráter histórico, político e econômico.

Em termos de procedimento meto-dológico, este artigo parte da descrição do município e do processo instituído para, então, em seguida, realizar a análise e indicar os resultados. Como instrumento de pesquisa para a obtenção das informações, (utilizadas,) utilizou-se basicamente da análise de documentos e dos registros das observações participantes.

2 UM BREVE HISTÓRICO DA CIDADE

A cidade de Mesquita possui um histórico de lutas e participação, desde a sua ocupação por índios Jacutingas, datada de 500 anos, até a escravidão, período pós-colonial e de industrialização. A região que outrora fora produtora de laranja e cana de açúcar, em terras onde hoje se encontra o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu - Gleba Modesto Leal², com a chegada da estrada de ferro e o pós-abolição, teve seu foco voltado para as olarias pela abundância de barro e alagadiços. (SILVA, 2007).

Já em 1950, surgem loteamentos vindos com as fábricas que ajudaram a impulsionar a economia da região: BRASFERRÓ, metalúrgica de grande porte; a IBT, também metalúrgica; e a PUMAR, indústria de sombrinhas. Começava então o período de industrialização que iria empregar centenas de moradores mesquitenses e adjacentes.

O primeiro movimento pela emancipação da cidade surgiu no início da década de 50, havendo registros de reuniões comunitárias datadas de 1957. (SILVA, 2007). O movimento pela emancipação de Mesquita está no topo de uma série de outros que surgiram no mesmo período, como os de Nilópolis e de São João de Meriti, os quais se tornaram municípios em 1947, respaldados pela Constituição Brasileira de 1946, a qual garantiu, pela primeira vez, a repartição de receitas federais, incluindo os municípios.

Em 1957 o processo de emancipação não foi avante. Em 1980, através da realização de plebiscitos, o movimento pela emancipação da cidade retorna. Em tempo de abertura política no Brasil, movimentos sociais e políticos retomam as discussões através de movimentos organizados, principalmente com as associações de moradores:

Quando a discussão ressurgiu, ela passa necessariamente pelas lideranças que compõem o movimento social e político, revelando posições pró e contra a emancipação. (SANTOS et al, 2010, p. 18).

Essa marca de movimentos organizados na Baixada Fluminense recebe grande influência das práticas participativas populares oriundas de várias vertentes, mas, no caso da localidade, são: a) do movimento das comunidades eclesiais de base no Brasil e na América Latina, o qual, em Nova Iguaçu, torna-se forte, em especial para a juventude e para a educação popular; b) do movimento de fé e política; c) da universidade popular da Baixada com cursos para lideranças comunitárias, dirigidas por Dom Adriano Hipólito, Bispo Diocesano, grande incentivador das práticas participativas em busca de justiça social para o povo da Baixada Fluminense, em especial, para a juventude trabalhadora, as associações de bairro e o próprio Partido dos Trabalhadores. (SANTOS et al, 2010).

Ocorrem novas tentativas infrutíferas em 1987, vinte anos após o primeiro movimento e, depois, também, em 1993. Em 1995, ocorre o terceiro plebiscito, agora marcado por uma divulgação maior, tanto pelos meios de comunicação, como por meio da própria população. Segundo relatos de moradores que participaram ativamente desse processo, o dia do plebiscito foi uma festa, apagada no final da noite quando o Tribunal Regional Eleitoral, responsável pela apuração, proclamou o resultado: cerca de 44 (quarenta e quatro) mil eleitores votaram, todavia o quorum exigido era de 48 mil eleitores. (SANTOS et al, 2010).

Somente após quatro anos de processos judiciais, em 25 de setembro de 1999, Mesquita foi elevada à categoria de cidade. Assim, Mesquita, situado na faixa de médio a grande porte entre os municípios do Brasil, é o mais novo município do Estado do Rio de Janeiro. (SILVA, 2007).

A exemplo de sua tradição participativa, o município possui hoje três Cooperativas Populares de Reciclagem de Resíduos Sólidos que fazem parte do Programa de Coleta Seletiva da cidade, Cooperativas de artesãos, Sindicatos de Professores e de Produtores Rurais, várias Associações de Moradores, Grêmios de Futebol e de Samba, Comunidades Tradicionais Indígenas, Quilombolas e Ciganas, inúmeras e diversas comunidades religiosas, entre outras. Além disso, outras ações, não somente do âmbito das questões socioambientais, podem ser

encontradas na cidade, sejam elas associadas às ações educativas formais ou às não formais. Dentre tais ações, são destaques as participações da sociedade civil popular, em Conselhos, Comissões, Fóruns Permanentes, Câmaras Técnicas, Audiências e outros espaços públicos de constituição e decisão.

Destacamos aqui a importância do processo sócio-histórico da cidade para a realidade concreta da Baixada Fluminense. O município de Mesquita, hoje, é o primeiro da Baixada a constituir, mais organicamente, políticas públicas no âmbito socioambiental que agem e interagem com a comunidade local e com os municípios adjacentes, articulando suas demandas às políticas do Estado do Rio de Janeiro e às políticas Nacionais. (SANTOS et al, 2010).

Quanto às gestões de governo cremos, também, ser importante registrar. O primeiro governo do PMDB, 2001-2004 que se anunciou como „o emancipador., foi sucedido por dois mandatos consecutivos do PT, 2005-2012 (previsão), a partir de lideranças políticas „formadas. na cultura participativa do município, incluindo o atual prefeito e vários secretários e responsáveis por segmentos de governo, entre eles, a SEMUAM e a SEMED.

3 SOB O OLHAR, O CAMPO DE PESQUISA – A CCP

Uma vez concebida como uma prática social, “como tudo aquilo que se refere à criação humana na história” (LOUREIRO, 2007b, p. 66), compreendemos que a Educação Ambiental necessita, numa leitura/intervenção de mundo, apoiar a vinculação dos processos ambientais e sociais (TOZONI-REIS, 2007), pois são indissociáveis, a fim de aproximar tal prática social da realidade concreta (KOSIK, 2002), e do co-existir de sujeitos e natureza. (LOUREIRO, 2007a).

Foi a partir da compreensão desse princípio de indissociabilidade entre processos ecológicos e sociais que a CCP, formada a partir de representações³ da sociedade civil organizada e do governo municipal, trabalhou na construção da Política de Educação Ambiental do Município de Mesquita e, logo, para o seu desdobramento na construção do Programa de Educação Ambiental Municipal ProMEA - Mesquita.

O desenvolvimento das etapas e das atividades desse processo buscou integrar: as atividades de pesquisa-ação participativa, investigação-ação participante e outras

metodologias e técnicas que destacassem o protagonismo da comunidade envolvida; as estratégias para a geração e socialização de conhecimentos da Educação Ambiental crítica; a mobilização comunitária; e o desenvolvimento de um projeto que teve como foco a geração de política e programa destinados ao Município no âmbito da Educação Ambiental crítica, sustentável e democrática.

Durante o período de vinte e dois meses, de março de 2009 a dezembro de 2010 - estudo, formação, levantamento de dados e de realidades foram realizados pela CCP, seguindo um cronograma de ações e de encontros, na busca de delinear um documento norteador da Política Ambiental e dos apontamentos possíveis para a construção do Programa de Educação Ambiental do Município.

Ao todo, foram realizados quatorze encontros, uma conferência, um encontro intermunicipal, a participação no VI Fórum em 2009 e três audiências públicas, além da criação de uma rede online, Rede_PROMEA⁴, com o intuito de dar suporte aos encontros presenciais, na viabilização de textos, estudos, instrumentos, datas, informações, e comunicados relevantes e urgentes, atuando como um suporte e apoio comunicacional no desenvolvimento do trabalho. Nesse sentido, houve a preocupação da aprovação e certificação prévia junto a todos os participantes de que os mesmos contariam com reais condições de acesso à mesma, a fim de torná-la um instrumento facilitador e democrático para a CCP.

Sobretudo e em quase sua totalidade, as atividades aconteceram em horário noturno⁵, com raras exceções, tendo como sede dos encontros, a Escola Municipal Ely Baiense Vailante, alternando-se com a Sala de Cinema Zelito Viana (auditório da prefeitura), a Sala Verde e o Centro de Justiça Ambiental, além de demais espaços externos, como a UFRJ, UFRRJ e o IBAMA/RJ. Nas audiências, registradas em diário oficial, foram validadas as produções documentais do processo. Ademais, pautada em uma reflexão prático-teórica, essa proposta de trabalho coletivo foi viabilizada com a mobilização participativa da sociedade civil. Desta forma, o contato inicial com a população foi estabelecido com quase um ano de antecedência ao projeto, a partir das participações sociais já existentes nas várias formas e espaços de representação pública no município. Em alguns desses espaços a Universidade já vinha tendo lugar e acento, como na I Conferência Municipal de Meio Ambiente,

no Conselho da Cidade; no Fórum da Agenda 21 Local, ligado à Comissão de Construção do Plano Diretor e Abairramento. Além de contato como os demais espaços de debate público existentes, como das representações e interlocuções escolares; dos Projetos com os Catadores e Cooperativas de Reciclagens; da Agenda 21 Escolar; das Representações de Governo e dos dois Cursos de Pós-Graduação *Latu-Sensu* realizados para os professores da rede, um voltado para a formação em Educação de Jovens e Adultos e o outro para a Infância, na Educação de crianças de 0 a 10 anos.

Assim, após o planejamento inicial, o projeto ocorreu em três etapas. Com a convocação da população a partir das representações existentes e com o convite a tantas outras representações, na etapa inicial, formou-se uma Comissão de Consulta Pública – CCP, anteriormente já apresentada neste artigo, que, coletivamente, buscou garantir o estudo, compreensão e o reconhecimento das Políticas e dos Programas Nacional e Estadual, das Leis Nacionais Constitucionais e de Educação⁶ e das ações em EA já realizadas no município. Esse processo se deu, em especial, a partir do mapeamento de ações, problemas e questões socioambientais, feito pelo Fórum Municipal da Agenda 21, o qual já havia desenvolvido tal trabalho durante os nove meses que antecederam o início dos trabalhos da CCP, considerado o processo de construção participativa do Plano Diretor da cidade.

Na segunda etapa, a partir das orientações legais que passaram a considerar as reais condições locais do município, ocorreram encontros, oficinas e debates com os representantes da comunidade local, focando

As especificidades dos grupos sociais, o modo como produzem seus meios de vida, como criam condutas e se situam na sociedade, para que se estabeleçam processos coletivos pautados no diálogo, **na problematização do mundo e na ação**. (LOUREIRO, 2007, p. 29, grifo nosso).

Tal etapa resultou na construção coletiva do texto da Política de Educação Ambiental do Município, Lei 601, aprovada pela Câmara Municipal em 29 de dezembro de 2009. Essa Lei preconiza, em seus princípios básicos, “a garantia de continuidade e permanência do processo educativo a todos os indivíduos e grupos sociais” (RIO DE JANEIRO, 2009, inciso

V) e, em seus dispositivos gerais, Art. 6, garante a implementação da PMEa,

Por meio do Programa Municipal de Educação Ambiental a ser criado por instrumento legal municipal e que deverá se caracterizar por linhas de ação, estratégias, critérios, instrumentos e metodologias. (RIO DE JANEIRO, 2009).

A terceira etapa, - que se desdobrou na organização do Programa Municipal de Educação Ambiental ProMEa – Mesquita (2009), em continuidade à problematização da realidade local, dos programas dos projetos já existentes no município e das experiências⁷ de outros municípios e estados do país, sempre norteados pela legislação vigente, - culminou na elaboração final do texto do programa, publicado e lançado em dezembro de 2010, implicando, pelo processo de form(ação)-intervenção, a certificação dos integrantes da CCP pela Universidade .

Destacamos caracterizações que marcaram pontual ou organicamente essa etapa, no ano de 2010: a) a chegada de novos membros na CCP, em especial, um relevante número de professores; b) a rotatividade significativa de participantes; c) o esvaziamento por parte dos movimentos sociais; d) a ocorrência de projetos de governo, tais como a Agenda Ambiental da Administração Pública –A3P e o Projeto Água Floresta, o qual intencionava mapear potencialidades no município, não obstante tenha trazido resultados pouco significativos; e) o início da construção do Programa Estadual de EA, do qual a CCP participou na etapa Baixada Fluminense; f) o período eleitoral, que também influenciou significativamente a participação e o esvaziamento dos encontros nessa fase; g) a realização de sete novos encontros alimentados pelo trabalho de algumas comissões formadas a partir das demandas que surgiam nos encontros da CCP e, entre tais comissões, uma estava voltada para a discussão da questão da EA no âmbito disciplinar/interdisciplinar, o que contou com a colaboração de uma professora da FE/UFRJ; h) a formação de uma comissão que trabalhou para dirimir dúvidas sobre licenciamento e experiências positivas advindas da história da EA no licenciamento, contando com o apoio do IBAMA/RJ; i) a formação de outra comissão que trabalhou sobre o levantamento histórico-participativo do município; j) a mudança de espaço de encontro da CPP, da Escola Municipal

Ely Baiense Vailante para o Centro de Justiça Ambiental, o qual ganhou novo espaço, passando a comportar o número de integrantes da CCP; k) e, em destaque, as audiências públicas dessa fase a qual carecia de organizar planos e ações que integrariam o Programa. Além das características apresentadas até aqui, surge ainda a pesquisa realizada em nove escolas e creches⁸ (cinco municipais, três estaduais e uma privada), apoiada pela SEMED e com o envolvimento direto de orientadores pedagógicos, profissionais da educação, alunos e comunidade aliados à marcante e significativa participação de professores.

4 BUSCANDO DIALOGAR COM A INTENCIONALIDADE E A CAPACIDADE PROBLEMATIZADORA DO PROJETO

É fato que vivemos uma crise socioambiental, (SANTOS, 1997, p. 202), que

Se produz neste período histórico, onde o poder das forças desencadeadas num lugar ultrapassa a capacidade local de controlá-las, nas condições atuais de mundialidade e de suas repercussões nacionais.

Gerando graves problemas socioambientais locais e globais. (GUIMARÃES, 1998).

Nesse sentido, aliando-se às contribuições de Quintas (2010), o que se põe em xeque é a relação sociedade-natureza e uma „sustentabilidade. em movimento, o que inclui tensão, pois envolve tanto o assegurar de direitos aos sujeitos sobre o meio ambiente, como o uso comum e a forma como se dará essa apropriação, e, nisso, a gestão pública de recursos e a sua destinação. Nesse viés, as potentes perguntas, “[...] sustentabilidade do que, para quem, quando, onde, por que, por quanto tempo [...]” (MARRUL-FILHO, 2003, p. 86, apud QUINTAS, 2010), são essenciais para a compreensão-intervenção dessa e nessa realidade concreta caracterizada do campo ambiental, mas que compõe o campo político e econômico, e onde

Todo processo educativo é antes de tudo **(ou deveria ser *per si*)** um processo de intervenção na realidade vivida, em que educador e educando, numa prática dialógica, constroem o conhecimento sobre ela, objetivando sua transformação. (QUINTAS, 2002, p. 10, grifo nosso).

Não resta dúvida que o princípio da contradição em Marx (1978) muito pode nos apoiar na compreensão/intervenção dessa dada realidade, na medida em que explicita neste caso, a contramão da qualificação da sociedade no sentido do controle social, e nesse caso, controle socioambiental. Tal qualificação que deveria ser a marca dos processos participativos, voltados às questões socioambientais, ou não, torna-se contundente.

Numa análise dos processos participativos e do papel do Estado, Kaplan (2011, p. 91-92) nos auxilia no sentido da compreensão dessa dada e específica „qualificação. da Sociedade Civil e, logo, do controle social:

Por ser o executor das políticas sociais, o ator social se conforta com o modelo de sociabilidade imposto a ele. O objetivo do capital é manter o sistema (capitalista) vigente e evitar que a sociedade o questione. A estratégia passa por inserir a sociedade civil como executora das políticas com o objetivo de fazê-la sentir-se parte do processo e assim evitar questionamentos quanto ao mesmo (CIDADE, 2010, p. 4). Assim, o projeto societário hegemônico difunde uma visão de sociedade civil harmonizada e independente do Estado. As justificativas para essa transferência de poderes para sociedade civil passam pelas noções de “autonomia”, “solidariedade”, “altruísmo”, “interesse geral”. Nesse contexto de reforma do Estado, duas leis federais merecem destaque no que diz respeito ao empoderamento dessa sociedade civil no viés liberal: a Lei das Organizações Sociais (OS) – Lei nº 9.637/98 – e Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) – Lei nº 9.790/99. As OS são privadas, criadas pelo poder público e nascem sob a forma de contrato de gestão de um patrimônio público. Por sua vez, as OSCIP já eram privadas e se relacionam com o Estado por meio de parcerias. Na sua própria definição, as OSCIP são qualificadas como as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos (art.1º) que têm acesso a recursos públicos para a realização de projetos, por meio da celebração de “termo de parceria” (BRASIL, 1999 apud PERONI et al, 2009, p. 769). O surgimento de ambas indica o “fenômeno da publicização do Direito privado e da privatização do Direito público”. Foram atribuídas a ambas uma maior rapidez na prestação de serviços,

capilaridade territorial e continuidade aos programas (CURY, 2007, p. 8 apud PERONI et al, 2009, p. 769). Dessa forma, a sociedade civil passa a ter um papel fundamental de executora das políticas sociais. A tentativa é de instaurar um novo padrão de sociabilidade e para tanto é necessário, estrategicamente, produzir um consenso mundial quanto ao novo modelo das relações sociais

Aqui, também Quintas (2010), recorrendo à Constituição Federal, destaca que no § 1º do artigo 225, das sete responsabilizações do Poder Público quanto à obrigatoriedade para com a preservação e defesa do meio ambiente, também imputada à coletividade, inversamente apenas uma contempla a criação de condições/qualificação para que essa mesma coletividade possa exercer o controle social em „defesa. das questões socioambientais por meio da EA.

Justifica-se, portanto, a atenção e o destaque necessários às questões de ordem participativa na constituição de políticas públicas, àquelas voltadas para o campo da EA, especificamente, e a questão do controle social – capacitação para a intervenção qualificada

No ordenamento de práticas, de apropriação social dos bens ambientais que o Estado realiza e, também, a exigirem sua ação, caso se omita. (QUINTAS, 2010, p. 79).

5 ENTÃO... A PARTICIPAÇÃO

A participação, concebida como conduta social, no aprender na prática e em dadas condições, contém amálgama de crenças e interesses, e, portanto, caracterizada no campo do conflito. (QUINTAS, 2010).

O espaço público, „garantido. pelo Estado é, nesse sentido, propício para a garantia da pluralidade e qualidade das intervenções. Trata-se de criar condições para que as assimetrias entre grupos e interesses, possam ser consideradas e que possam ser explicitados mais claramente seus projetos, oportunizando-se e qualificando-se as discussões.

Desta maneira, o caráter de público é dado por essa dimensão, quando a participação, quanto mais ampla, sobre a destinação dos recursos e as determinações políticas, organizativas dos grupos mais vulneráveis e com menor representação social podem ser

consolidadas no processo de organizar a gestão socioambiental. Consensos hegemônicos que descaracterizem tais considerações não podem ser classificados como públicos (QUINTAS, 2010), ou de regulação democrática.

Nesse sentido, a CCP cumpriu seu objetivo estruturante de proposta teórico-metodológica e política (LOUREIRO, 2010): o fortalecimento do espaço e da instituição públicos e o fortalecimento democrático de interesses coletivos e, em parte, da transformação da realidade local, mesmo que possa ter sido identificada em amostragem de seus membros⁹, a ausência da criticidade desejável

Para instrumentalizar sua práxis, valorizar e desenvolver os saberes docentes, em suas multidimensões, costurar escola e universidade na práxis de uma abordagem relacional de complementaridade. (RODRIGUES, 2010, p. 5).

Ainda, assim, o exercício da gestão pública, vivenciado no processo da CCP, permite-nos destacar a importância do processo na estimulação do grupo social envolvido, tendo em vista interesses coletivos e comuns àquela comunidade (LOUREIRO, 2010), em especial, à comunidade educadora, conforme Rodrigues (2010, p. 103) destacou em uma das falas dos educadores entrevistados:

Esses encontros serviram para divulgar os 10 anos da educação ambiental em nível de Estado e vários eventos, mas [...] assim [...] acima de tudo, ele vem trabalhando na motivação da gente querer sempre fazer melhor, porque sempre teve um distanciamento da universidade com a escola, esse distanciamento era como um buraco negro, né?! E quando você vê a universidade dentro do município, vindo até nós, a verdade é que essa [...] a universidade vindo até nós e nos ouvindo [...] isso nos motiva a querer fazer melhor [...].

A fala do educador aponta para a necessária superação de uma das assimetrias que marcam a fragmentação entre a escola, cotidiano docente, e a „produção. de conhecimento científico-acadêmico, marcando territorialidades distintas, antagônicas e desiguais em possibilidades, mas não em potencialidades.

Para Santos (2010a, 2010b), recuperar a

sociedade civil dentro do protagonismo do debate ideológico e econômico como forma ampliada de ocupar os espaços antes exclusivos de grupos hegemônicos e do Estado (KAPLAN, 2011), compreendidos como maiores aliados do capital privado, possibilita que a Sociedade Civil, assim compreendida, possa “desempenhar um papel ao mesmo tempo crítico e afirmativo no que diz respeito à sociedade política” (ACANDA, 2006, p. 236), o que nos coloca na discussão da necessidade tanto de re-distribuição, quanto de reconhecimento. (FRASER, 2001).

Dentro das tipologias da participação (BROSE, 2001; ARNSTEIN, 2002 apud LOUREIRO, 2010), a delegação de poder e o controle cidadão (social), pautados pela democracia direta exercida por grupos sociais minoritários necessitam ser exercitados coletiva e politicamente (LOUREIRO, 2010, p.182) e com “intencionalidade emancipatória”.

Podemos dizer que o processo de participação da CCP guardou elementos significativos acerca das formas de participação mais emancipatórias, mesmo que considerados os seguintes elementos: o nível flutuante de presenças na CCP, com prejuízo no aprofundamento e análise de situações e estudos; a tendência de governo a um dado enfoque e ação ambiental; a ausência de respaldo a docentes e servidores na garantia de sua efetiva participação às vezes em tripla jornada; e o esvaziamento por parte dos movimentos sociais na fase da construção do Programa (fase 3).

6 CONCLUSÃO

Buscamos, a partir dessa sistematização, não apenas realizar algumas reflexões teórico-metodológicas, mas acima de tudo, destacar a análise realista e concreta do campo da participação em EA daquela municipalidade, evidenciando contradições e possibilidades dos aspectos político-institucionais e educativos que envolvem esse campo.

Nesse sentido, segundo Loureiro (2007, p. 50)

[...] uma opção metodológica que tenha na participação não um “carro-chefe” de belos discursos que mascaram o autoritarismo, o desprezo pelo outro ou a manipulação, mas um compromisso com indivíduos e grupos em suas singularidades reprimidas [...].

Podem colaborar de forma bastante satisfatória como o resgate daquilo que é, de fato,

público, e assim se caracteriza e se afirma no sentido de transformação e autotransformação dos sujeitos e suas realidades.

Destacamos que tal protagonismo não se deu harmonicamente, tendo em vista as diversas ações e interesses socioambientais formais e não formais existentes na sociedade e, no caso específico, no município. Afirmamos, por conseguinte, que a Educação Ambiental é um fato concreto e necessita de Políticas Públicas que norteiem o seu fazer, assim como a formação crítica e democrática dos agentes que a constituem e a fazem acontecer cotidianamente, em especial, no âmbito da escola.

A formação emancipatória se apresenta como característica marcante, sendo solicitada para a qualificação dos debates nas construções e proposições de políticas públicas no município. A participação popular necessita avançar nesse sentido, pois é potencial para as intervenções que deem continuidade aos caminhos já percorridos e que, de fato apoiem e agreguem força aos processos decisórios daquela comunidade, ampliando suas concepções de realidade-mundo e dos saberes ali existentes.

REFERÊNCIAS

ALCANDA, Jorge L. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jun. 2002.

_____. Lei de diretrizes e bases da educação nacional, LDB. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996.

_____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 de abril de 1999.

_____. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA**. 3. ed. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-

socialista. In: SOUZA, Jessé. **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Ed. UNB, 2001.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

KAPLAN, L. **Análise crítica dos discursos presentes nos documentos que definem a política de educação ambiental no Brasil**. 2011. 369 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LOUREIRO, C.F.B. (Org.) **A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2007a.

_____. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. In: MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel (Coord.). **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007b.

_____. Educação ambiental e movimentos sociais: reflexões e questões levantadas no GDP. **Pesquisa em educação ambiental**, São Carlos, v. 3, n 1, 2008a.

_____. Pesquisa-ação participante e educação ambiental: uma abordagem dialética e emancipatória. In: TOZONI-REIS, Marília Freiras de Campos. (Org.) **Pesquisa-ação-participativa em educação ambiental: reflexões teóricas**. São Paulo: Ed. Annablume, 2008b.

_____. Educação ambiental e participação popular. In: BOZELLI, Reinaldo Luiz, et al. (Orgs.). **Curso de formação de educadores ambientais: a experiência do Projeto Pólen**. Macaé: NUPEM/UFRJ, 2010.

_____. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos: filosóficos e outros textos escolhidos**. Tradução José Carlos Bruni (et al.). 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

PORTO-GONÇALVES, C.W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUINTAS, J. S. Gestão ambiental pública. In: BOZELLI, Reinaldo Luiz, et al. (Orgs.). **Curso de formação de educadores ambientais: a experiência do Projeto Pólen**. Macaé: NUPEM/UFRJ, 2010.

_____. **Introdução à gestão ambiental pública**. Brasília: Edições Ibama, 2002.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 3325, de 17 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental, cria o Programa Estadual de Educação Ambiental e complementa a lei federal nº 9.795/99 no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.

_____. **Lei nº 601, de 29 de dezembro de 2009**. Dispõe sobre a Política Municipal de Educação Ambiental do Município de Mesquita. Rio de Janeiro, 2009.

RODRIGUES, J. O. **Das concepções prévias aos sentidos construídos na formação crítica do educador ambiental**. 2010. 320 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, Ana Maria Marques. Participação popular como disputa teórica, prática e política nas questões socioambientais: caminhos da ideologia e da utopia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 5., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, SC: ANPPAS, 2010a.

_____. Ações socioambientais em uma comunidade cooperada: trabalho e conflito como categorias centrais na práxis educativa. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 33., 2010, Caxambu. **Educação no Brasil: o balanço de uma década**. Caxambu, MG: ANPED, 2010b.

_____. et al. (Orgs.) **Política e programa de Educação Ambiental no Município de Mesquita, RJ: a participação popular na construção de políticas públicas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Seropédica Ed. da UFRJ, 2010. 89 p.

_____, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SILVA, M. F. de S. **Das terras de mutambo ao município de Mesquita – RJ: memórias da emancipação nas vozes da cidade**. Rio de Janeiro: Entorno, 2007.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2000.

TOZONI-REIS, Marília Freiras de Campos. A pesquisa-ação-participativa e a educação ambiental: uma parceria construída pela identificação teórica e metodológica. In: _____. (Orgs.) **Pesquisa-ação-**

participativa em educação ambiental: reflexões teóricas. São Paulo: Ed. Annablume, 2007.

TREIN, Eunice. A contribuição do pensamento marxista à educação ambiental. In: TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NOTAS

¹ Sobre as concepções aqui tomadas, pode-se sumariamente definir a Educação Ambiental crítica, como aquela que historiciza as relações sociais na natureza e estabelece como premissa básica a negação de pré-existências; emancipatória, por almejar a autonomia e a liberdade dos agentes sociais; e, transformadora, por visar às mudanças societárias simultâneas das condições subjetivas e objetivas dos sujeitos sociais. Logo, assume-se a postura democrática e sustentável no plano de paridade e da justiça social. (LOUREIRO, 2004a, 2008).

² Mesquita abriga 2 mil 264 hectares de Área de Proteção Ambiental (APA), que faz divisa com os municípios de Nilópolis, Rio de Janeiro e Nova Iguaçu. A criação da APA visa à preservação do conjunto natural e paisagístico com ênfase na proteção e preservação florestal e na qualidade das águas e mananciais dos rios Dona Eugênia, Canal do Socorro e Rio da Serra do Gericinó. O decreto número 456, de outubro de 2006, dispõe sobre a criação da APA. Nas encostas da APA moram agricultores que cultivam frutas e hortaliças, especialmente manga, caqui e mandioca, e encontra-se parte da Gleba Modesto Leal – Parque Municipal de Nova Iguaçu, com 1.100 hectares de natureza, cultura e história. Em junho de 2004 foi oficializado o primeiro Geoparque do Brasil que abriga um vulcão extinto há 72 milhões de anos (www.mesquita.rj.gov.br).

³ Nas duas etapas do Projeto (Política e Programa), participaram professores de vários segmentos da rede, associações de moradores, escolas privadas e estaduais, representações religiosas (católica e protestante), associação de mulheres e de catadores, sala verde, centro de educação e justiça ambiental, servidores da SEMUAM, SEMED, Defesa Civil e docentes e discentes de graduação e pós-graduação da UFRRJ, campus Nova Iguaçu e Seropédica. Inicialmente, envolveram-se, de 80 pessoas, e ao longo de dois anos houve variações, alternâncias e substituições de representação, assim como, esvaziamento, tendo em média, em torno de trinta (30) participantes com pelo menos, 75% de presença em todo o processo.

⁴ http://br.groups.yahoo.com/group/Rede_ProMEA/

⁵ Uma vez que não conseguimos a garantia de

espaço de formação em serviço para os professores da rede, com exceções de servidores de algumas escolas municipais e estaduais, e de servidores municipais das Secretarias de Meio Ambiente e Educação que assumiram a CCP, bem como para a população participante, que dada sua realidade concreta de tempo e condições laborais, dispunham apenas do período noturno para participarem do processo.

⁶ Política Nacional de Educação Ambiental. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999; Decreto N° 4.281, de 25 de junho de 2002; Lei Estadual: Lei 3325, de 17 de dezembro de 1999 (RIO DE JANEIRO); Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA. MEC/MMA, 2005; Constituição da República Federativa do Brasil. 1988; LDB 9394/1996.

⁷ Tomados como referência e estudo, foram utilizados: as Políticas dos Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais e os Programas de Educação Ambiental dos Estados da Bahia e Minas Gerais e do Município de São Carlos-SP.

⁸ Escola Municipal Maria Dolores de Mello Porto, Centro Municipal de Educação Infantil Paulo Freire, Creche Municipal Carmem Montes Paixão, Creche Municipal Profª Marlene Peres Costa, CIEP 364 – Nelson Ramos, CIEP 111 – Gelson Freitas, Colégio Estadual Professor Quirino, CVT – FAETEC e Centro de Educação Valladares (privado).

⁹ A CCP pôde também subsidiar parte da pesquisa da dissertação “Das Concepções Prévias aos Sentidos Construídos na Formação Crítica do Educador Ambiental”, realizada por Rodrigues (2010) pelo PPGEduc/UFRRJ. Foram entrevistados sete professores participantes da Comissão, além de alunos do Curso de Mestrado em Educação da UFRRJ.

Ana Maria Marques Santos

Psicóloga

Doutoranda do Programa EICOS da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professora Assistente da UFRuralRJ – Departamento de Educação e Sociedade – DES, do Instituto Multidisciplinar da Nova Iguaçu.

E-mail: anamarques.ufrj@gmail.com

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRuralRJ

BR 465, KM 7, Seropédica/RJ

CEP: 23890-000